

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: 10 Popular Class.: 620

Data: 30/11/80 Pg.: \_\_\_\_\_

**Tensão volta  
190  
com ameaça  
dos Xerente**

A tensão volta ao município de Tocantínia, onde os Xerente não se conformam com a presença de brancos em suas terras e estes dela não saem porque até hoje o Governo não lhes pagou qualquer indenização, prometida desde 1971 pelo Estado, Incra e Funai.

"Funcionários da Funai voltaram a instigar os índios contra os fazendeiros, e a situação começa a ficar tensa, sobretudo porque depois de nove anos de promessa do Governo, de que iria resolver todos os problemas da área, até hoje nada foi feito" - afirmam as autoridades do município, acrescentando que a área demarcada para os Xerente é de 550 alqueires mas que, funcionários da Funai tentam incorporar a ela 15 mil alqueires, incluindo até parte da zona urbana.

**PÁGINA 5**

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular

Class.: 30

Data: 30/11/80

Pg.: \_\_\_\_\_

# Atraso na demarcação desagrada os xerentes

"Funcionários da Funai voltaram a instigar os índios contra os fazendeiros no município de Tocantínia, no Norte do Estado, e a situação começa a ficar tensa, sobretudo porque depois de nove anos de promessa do Governo, de que iria resolver todos os problemas da área, até hoje nada foi feito". A informação é de autoridades do município, acrescentando que a área demarcada par os índios Xerentes totaliza 550 alqueires, compreendendo a região Taboca, até a aldeia do Funil.

Essa demarcação foi feita pelas autoridades de Tocantínia, entre elas o prefeito Raimundo Arruda Bucar, os ex-prefeitos, João Virginio Ribeiro, Valperino Gomes de Oliveira, vereadores, o padre Cícinato Mendes da Silva, vigário da Paróquia; professores e fazendeiros, comerciantes e outras representações da população. Enquanto a alta direção da Funai em Brasília confirmava a área demarcada pelas autoridades de Tocantínia, seus funcionários subalternos no município tentavam incorporar a esta mesma área 10 mil alqueires, incluindo parte da zona suburbana da cidade, com o que a população não concordou, havendo inclusive ameaça de morte por parte dos dois lados.

### NOVAMENTE

A situação em Tocantínia vai-se agravando à medida em que estes funcionários vão instigando e insistindo junto aos moradores do município para que sejam cedidos os 10 mil alqueires, o que, segundo o presidente do P.D.S local, Osvaldo Dias "seria o fim da cidade e consequentemente do Município".

As autoridades municipais enviaram telegramas às autoridades estaduais e federais, solicitando solução urgente para o problema. Por outro lado, desmentiram também uma notícia publicada pela revista *Veja*, dando conta de que o prefeito teria, mandado invadir uma área dos Xerentes. Segundo Osvaldo Dias, "o prefeito não

autorizou e muito menos mandou que fazendeiros invadissem a nova Reserva Indígena dos Xerentes, não sabendo mesmo se se consumiu a invasão, uma vez que a Funai não mantém cerca da divisa entre as terras pertencentes ao município e a aldeia Funil".

### HISTÓRIA

A história do conflito que hoje volta à tona no município de Tocantínia adquire gravidade que poderá levar a derramamento de sangue; já que quem deveria ter feito tudo para evitá-lo, simplesmente não cumpriu suas promessas.

Tudo começou com a catequese iniciada em 1904 por vários religiosos. Nessa época, à sua sombra se instalaram na região diversos fazendeiros, sem se preocuparem com a legalização de terras já que não tinha valor, como hoje. Os Xerentes, que lá viviam em integração quase total com os fazendeiros, entrara em conflito com estes instigados por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios.

Desde aquela época até hoje, ocorreram choques ocasionais, alguns de trágicas consequências como a morte de três pessoas em 1976, todas de tradicionais famílias do município, que, inclusive, depois de mortas pelos índios, tiveram pedaços de sua pele arrancados a ponto de ficarem irreconhecíveis.

### DEMARCAÇÃO

Em 1971, foi criado um Grupo de Trabalho pelo Governo para resolver a situação e fazer levantamento, demarcação e desocupação de toda a área na região. A portaria, datada de dezembro daquele mesmo ano tinha o seguinte teor: "1 - Está sendo feito o levantamento de todas as posses existentes na mencionada área indígena, para efeito de justa indenização, a ser autorizada pelo Governo Federal; 2 - depois de feito o levantamento o morador ou possuidor não deverá fazer nenhuma benfeitoria na posse, visando à indenização, pois só serão

avaliados os bens compreendidos ou relacionados no levantamento; 3 - são considerados no levantamento somente os bens que estão tendo utilidade para o seu dono, para efeito de indenização; 4 - os bens não relacionados ou omitidos no levantamento por culpa do informante ou possuidor não serão considerados para efeito de indenização; 5 - concluído o levantamento de toda a área serão avaliados todos os bens dos moradores ou possuidores considerados, para fins da devida indenização; os moradores ou possuidores serão oportunamente convocados ou chamados para receber na Agência do Banco da Amazônia S/A em Miracema do Norte, a importância correspondente aos bens a serem indenizados; 7 - após o pagamento da indenização, o morador ou possuidor terá o prazo de 15 dias, para desocupar a área e finalmente; a desocupação ou mudança dos indenizados será feita por conta do Governo, para outra área cedida pelo Incra ou para outro local escolhido pelo transferido, desde que seja nas proximidades do município de Tocantínia".

### NADA DE CONCRETO

Como se tem conhecimento, até hoje, nunca houve indenização nenhuma. A Funai doou aos Xerentes, 52 mil alqueires de terra e 60 mil cabeças de gado foram retiradas pelos fazendeiros para outros municípios e nenhuma das 200 famílias ainda na reserva quis pagar os impostos territoriais, pois até hoje ninguém recebeu a indenização garantida pelo Governo.

A Funai passou ao Incra a responsabilidade pelas indenizações e este, por sua vez, passou-a ao Idago, e a coisa continua como está.

Se não forem tomadas providências imediatas para a solução da crise, certamente o conflito se agravará, provocando consequências desastrosas para o município e para a população.